

SUMÁRIO

1

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO DIREITO MILITAR E À JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.....	13
1.1. Algumas considerações iniciais.....	13
1.2. O perfil da Justiça Militar da União na Constituição Federal de 1988.....	18
1.2.1. A Justiça Militar da União e a aplicação da pena de morte.....	18
1.2.2. A estrutura da Justiça Militar da União.....	19
1.2.3. A competência penal da Justiça Militar da União.....	21
1.2.4. Competência administrativa do Superior Tribunal Militar.....	22
1.2.5. Competência do Superior Tribunal Militar.....	23
1.2.6. Competências implícitas e por exclusão da Justiça Militar.....	25
1.3. Importância do estudo da Lei de Organização da Justiça Militar da União.....	25

2

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS FUNDAMENTAIS.....	27
2.1. A Lei n.º 8.457, de 4 de setembro de 1992, e seus eventuais conflitos.....	27
2.2. A estrutura da Lei n.º 8.457/1992.....	30
2.3. Aportes inaugurais e fundamentais à compreensão da Lei em estudo.....	30
2.3.1. Justiça Militar na Constituição Federal (Competência Material).....	30
2.4. Normas de organização das Justiças Militares.....	36
2.4.1. Justiça Militar da União.....	36
2.4.2. Justiças Militares Estaduais.....	36

3

ESTRUTURA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

(PARTE I DA LEI N.º 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992)	41
3.1. Estrutura da Justiça Militar da União.....	41
3.1.1. Órgãos da Justiça Militar da União	41
Art. 1º	
3.1.2. Circunscrições Judiciárias Militares e suas Auditorias.....	44
Art. 2º	
3.1.3. Superior Tribunal Militar.....	48
3.1.3.1. Composição do Superior Tribunal Militar.....	48
Art. 3º	
3.1.3.2. Competência do Superior Tribunal Militar.....	56
Art. 6º	
3.1.3.3. Competência do Presidente do Superior Tribunal Militar	170
Art. 9º	
3.1.3.4. Competência do Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar...	182
Art. 10	
3.1.4. Órgãos de Primeira Instância da Justiça Militar da União.....	183
3.1.4.1. Disposições preliminares.....	183
Art. 11	
3.1.4.2. Corregedoria da Justiça Militar.....	184
Arts. 12 a 14-A	
3.1.5. Auditorias, Juízes Federais da Justiça Militar e Conselhos de Justiça...	188
3.1.5.1. Da Composição das Auditorias.....	188
Art. 15	
3.1.5.2. Da Composição dos Conselhos.....	192
Arts. 16 a 26	
3.1.5.3. Da Competência dos Conselhos de Justiça.....	214
Arts. 27 e 28	
3.1.5.4. Da Competência dos Presidentes dos Conselhos de Justiça....	221
Art. 29	
3.1.5.5. Da Competência do Juiz Federal da Justiça Militar	225
Art. 30	
3.1.5.6. Das Substituições dos Juízes Militares	265
Art. 31	
3.1.5.7. Magistrados da Justiça Militar da União	271
Arts. 32 ao 66	
3.1.5.8. O Ministério Público na Justiça Militar.....	297
Arts. 67 e 68	
3.1.5.9. A Defensoria Pública na Justiça Militar.....	298
Arts. 69 e 70	

4

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (PARTE II DA LEI N. 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992)	299
4.1. Disposições Gerais.....	299
Arts. 71 a 74	
4.2. “Competência” das Secretarias.....	308
Arts. 75 e 76	
4.3. Atribuições dos Servidores.....	310
Arts. 77 e 78	
4.3.1. Diretores de Secretarias.....	310
Art. 79	
4.3.2. Analistas Judiciários.....	313
Art. 80	
4.3.3. Oficiais de Justiça Avaliadores.....	316
Art. 81	
4.3.4. Demais Servidores.....	318
Arts. 82 e 83	
4.4. Regime Disciplinar.....	321
Arts. 84 a 88	

5

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA (PARTE III DA LEI N. 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992)	323
5.1. Organização da Justiça Militar em tempo de guerra.....	323
Art. 89	
5.2. Contextualização: Tempo de Guerra e Crimes Militares em Tempo de Guerra.....	324
5.2.1. Crimes Militares em Tempo de Guerra.....	324
5.2.2. Critérios para Configuração de um Crime Militar em Tempo de Guerra..	328
5.2.3. Natureza das Normas do CPM em Tempo de Guerra.....	330
5.2.4. O Tempo de Guerra no CPM.....	330
5.2.5. Início do Tempo de Guerra.....	331
5.2.5.1. Declaração de Guerra.....	331
5.2.5.2. O estado de guerra.....	333
5.2.5.3. O decreto de mobilização.....	334
5.2.6. Término do Tempo de Guerra.....	334
5.2.7. Advertência Importante sobre o Conceito de Crimes Militares em Tempo de Guerra.....	335
5.3. Organização da Justiça Militar em Tempo de Guerra.....	336
5.4. Atuação da Justiça Militar em tempo de guerra.....	337

5.5. Estrutura da Justiça Militar em tempo de guerra.....	338
5.6. A problemática do papel dos Juízes Federais substitutos da justiça militar em tempo de guerra.....	339
5.6.1. Juízes Federais Substitutos (Interpretação Restritiva vs. Interpretação Extensiva)	341
5.7. Composição e Competência da Justiça Militar em Tempo de Guerra.....	343
Art. 90	
5.7.1. Forças em Operação de Guerra X Tempo de Guerra.....	344
Art. 91 e 92	
5.7.2. Juiz Federal Substituto da Justiça Militar e Conselho Superior de Justiça Militar	346
5.8. Membro do Ministério Público Militar atuante perante o Conselho Superior de Justiça Militar	347
5.9. Membro da Defensoria Pública da União atuante perante o Conselho Superior de Justiça Militar	348
5.10. Comissionamento em Postos Militares.....	350
5.11. Dos Conselhos de Justiça em Tempo de Guerra.....	350
Art. 93	
5.11.1. Exceção ao Princípio Pares Paribus Indicantur	351
5.11.2. Conselhos que julgam Oficiais em Tempo de Paz x Tempo de Guerra. Art. 94	352
5.12. Da Competência do Conselho Superior de Justiça.....	357
5.12.1. Processamento e julgamento de oficiais-generais	357
5.12.2. Julgamento de apelações	357
5.12.3. Julgamento de embargos em decisões originárias.....	358
5.12.4. Comandante do Teatro de Operações.....	358
5.12.5. Disposições do Código de Processo Penal Militar.....	359
5.13. Competência dos Conselhos de Justiça: Comparação entre o Art. 684 do CPPM e o Art. 96 da Lei 8.457/92.....	360
Art. 96	
5.14. Competência do Conselho de Justiça e a Função do Juiz Federal da Justiça Militar	361
5.15. Arquivamento de inquérito e instauração de processo.....	361
5.16. Competência do Juiz Federal da Justiça Militar.....	363
Art. 97	

6

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS	
(PARTE IV DA LEI N. 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992).....	365
6.1. Disposições gerais, transitórias e finais.....	365
Arts. 102 a 104	